

# Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 23

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara derruba veto com impacto de R\$ 2,7 bi ..... 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso aprova projeto que muda LDO ..... 4

O DIA - PI - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governabilidade: corresponsabilidade de governo e parlamento (2) ..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Hora e a vez de ajustar a previdência pública - RAUL VELLOSO ..... 8

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Acordo destrava Orçamento ..... 10

EXTRA - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Saques na mira da PF ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
SERVIDOR PÚBLICO

Esperamos sair da crise o mais rápido possível ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA  
SEGURIDADE SOCIAL

Acordo corta do Orçamento R\$ 20 bi e tira covid do teto ..... 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Solução para Orçamento não afasta riscos (3) ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma administrativa começa a andar na CCJ ..... 17

CORREIO DE SERGIPE - SE - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

CPI da Pandemia deve começar já (2) ..... 18

EXTRA - RJ - GANHE MAIS  
SERVIDOR PÚBLICO

Abaixo-assinado quer frear reforma administrativa - SERVIDOR ..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Boiada à vista (3) ..... 20

O GLOBO - RJ - PAÍS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado proíbe uso de escutas para embasar acusações ..... 21

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Saiba como estão as perdas para a pirataria no Brasil ..... 22

Terça-Feira, 20 de Abril de 2021

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Empresários cobram Refis com urgência .....	23
CORREIO DA BAHIA - BA - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Governo tem R\$ 10 bi para programa de corte de jornada .....	24
CORREIO DE SERGIPE - SE - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Atividade econômica cresce 1,7% no mês de fevereiro .....	25
DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Certificação digital segue sem obrigatoriedade .....	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA Gasto além do teto pode chegar a R\$ 100 bi .....	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA Abertura "lenta, gradual e segura": do AI-5 à Lei de Segurança Nacional (2) .....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Governo e Congresso manobram para manter emendas e resolver Orçamento .....	30
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Governo regulamenta calamidade pública, mas resiste a decretá-la .....	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA Folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos pode deflagrar nova disputa por Orçamento em 2022 .....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO ECONOMIA Tudo o que não precisamos agora (2) .....	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Negação e descaso: o preço que pagamos (2) .....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA País terá US\$ 1 bi para digitalizar serviços .....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Poupança financeira de famílias cresce R\$ 334 bi, diz estudo .....	41

# Câmara derruba veto com impacto de R\$ 2,7 bi

A Câmara derrubou um veto presidencial de 11 anos atrás, ainda do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve gerar uma despesa de R\$ 2,7 bilhões para a União neste ano ao permitir uma reestruturação de carreiras na Receita.

Foram 380 votos pela derrubada e 37 pela manutenção. O veto ainda precisa ser analisado pelos senadores, mas sua derrubada contou com apoio do líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). Para ele, trata-se da correção de uma "injustiça".

O dispositivo transforma os cargos oriundos da Secretaria da Receita Previdenciária, de nível médio, em cargos de analista tributário da **Receita Federal**. Na época, o Executivo vetou a proposta argumentando que haveria violação constitucional, porque nenhum desses servidores havia prestado concurso público para essa função. Além disso, os servidores passariam a receber nova remuneração, provocando aumento de despesa. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma medida como essa precisa ter compensação financeira.

De acordo com o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), 1,8 mil funcionários terão direito a receber salários de até R\$ 18 mil. Além disso, eles poderão entrar na Justiça cobrando salários e bônus retroativos a 2009. "É um trem da alegria", afirmou. "Para se ter uma ideia, o valor representa quase 10% do orçamento anual do Bolsa Família, de R\$ 32 bilhões".

Os parlamentares rejeitaram ainda diversos vetos a pontos do pacote anticrime (PL10372/18), convertido na Lei 13.964/19, como o que considera válida legalmente, em matéria de defesa, a gravação ou escuta realizada por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público.

Ontem, votaram a matéria apenas os senadores, pois os deputados já haviam votado pela derrubada do veto na última sessão do Congresso (17 de março). Assim, as escutas realizadas pela polícia poderão ser feitas inclusive à noite e por meio de operação policial disfarçada, exceto na casa do suspeito, resguardada constitucionalmente. Outro ponto que foi restituído é o pagamento de advogado para policiais sob investigação pela morte de alguém sem confronto ou

em legítima defesa no exercício de suas funções.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Congresso aprova projeto que muda LDO

O Congresso Nacional aprovou ontem um projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e traz ajustes, com o aval do governo, para permitir a controversa sanção do Orçamento deste ano.

Em uma votação rápida e simbólica, os senadores aprovaram o Projeto de Lei do Congresso Nacional logo após a aprovação da matéria pela Câmara dos Deputados.

Agora o texto seguirá para a sanção do presidente Jair Bolsonaro, o que permitirá também a sanção do Orçamento, que precisa ocorrer até quinta-feira.

A sanção do Orçamento expôs um impasse entre o Congresso, a ala política e a equipe econômica do governo.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vinha repetindo que buscava uma alternativa que atendesse a requisitos políticos e também jurídicos.

O Orçamento foi aprovado com uma reestimativa de R\$ 26,5 bilhões para baixo das despesas obrigatórias do governo e uma elevação dos recursos direcionados a emendas parlamentares, o que, segundo o Tesouro, cria o risco de "paralisação das atividades essenciais do Estado".

O PLN 2 traz ajustes à LDO de 2021, flexibilizando as regras para despesas com o enfrentamento à pandemia da Covid-19 e permitindo que o governo corte por decreto (e não por lei, como é feito normalmente), despesas discricionárias, caso de investimentos e aquelas voltadas para a manutenção da máquina pública, para garantir o atendimento à totalidade das despesas obrigatórias.

Essa autorização dará maior agilidade ao governo para remanejar recursos do Orçamento de forma a contornar o risco de impossibilidade de atender despesas como o pagamento de salários e aposentadorias.

O texto também desobriga a compensação, por meio de aumento de receita ou redução de despesa, de medida legislativa que acarrete aumento de despesa que não seja obrigatória de caráter continuado, ou seja, que não tenha execução obrigatória por período superior a dois exercícios.

O projeto determina, ainda, que créditos extraordinários aprovados para cobrir despesas com

os programas BEm, de proteção ao emprego formal, e Pronampe, de apoio a micro e pequenas empresas, assim como ações de saúde para o enfrentamento à pandemia, não sejam contabilizados na meta de resultado primário deste ano.

"A expectativa pelo PLN 2 foi muito grande, especialmente pelo setor produtivo brasileiro, por aqueles que precisavam de medidas de apoio e de socorro, e também por aqueles que têm como meta preservar o emprego, a classe trabalhadora, que ao final é quem mais sofre com as portas fechadas das empresas", disse o relator da proposta, Efraim Filho (DEM-PB).

"Essas medidas foram adotadas no ano de 2020... Muitas empresas, muitos empreendedores, apertaram o cinto, fizeram esforços, sacrifícios, sustentaram, aguentaram de portas abertas e não demitiram, imaginando que 2021 seria um ano de retomada. E aí, muito pelo contrário, uma nova onda traz o momento mais crítico da pandemia vivido por este país", afirmou o deputado, ao defender a aprovação da proposta.

Em nota divulgada mais cedo, o Ministério da Economia disse que aguardava a aprovação do projeto para reeditar o BEm e o Pronampe, para os quais pretende destinar até R\$ 10 bilhões e R\$ 5 bilhões, respectivamente.

Pacote anticrime - O Congresso Nacional derrubou em votação ontem, após acordo fechado entre base e oposição, três vetos do presidente Jair Bolsonaro, incluindo a um trecho do chamado pacote anticrime.

O líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), anunciou o acordo para a derrubada do veto, que trata da competência do juiz de garantias para audiências de custódia e da proibição de fazer audiência de custódia por videoconferência, entre outros pontos.

"Foi feito um acordo - que incluiu o governo - para votar e derrubar os vetos de Bolsonaro ao pacote anticrime. A Câmara já votou e cumpriu o acordo.

Agora foi a vez do Senado. A manutenção desse veto seria um desastre, pois esvaziaria a função da audiência de custódia e o papel do juiz de garantias", afirmou.

"Na fase pré-processual, a audiência de custódia é fundamental para diminuir o número de prisões ilegais.

Além do mais, é cara a cara com o preso que o juiz pode avaliar com clareza se o acusado sofreu algum tipo de abuso ou constrangimento", acrescentou.

Com a mudança, haverá também um aumento da restrição do uso de escutas telefônicas em investigações criminais.

Outro veto derrubado foi o que permitia a suspensão do pagamento de parcelas do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado em 2015 para renegociar débitos dos clubes de futebol com o Fisco federal.

Um terceiro veto derrubado permite uma reestruturação de carreiras na **Receita Federal**.

Texto seguirá para a sanção do presidente Jair Bolsonaro, o que permitirá também a sanção do Orçamento, que precisa ocorrer até quinta-feira

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-20-04-2021/>

# Governabilidade: corresponsabilidade de governo e parlamento (2)

**Antônio Francisco Sousa - Auditor-Fiscal**  
(afcsousa01@hotmail.com)

Não é de hoje, aliás, faz muito tempo que a rapaziada da maior instituição fiscal do país tenta falar sobre **reforma tributária**. Lá para trás, a ênfase era dada no sentido de que, alargando-se, ampliando-se a base de arrecadação, aumentar-se-ia esta, ainda que com uma carga tributária menor. Não deu certo porque o estado não abriu mão de manter os índices, alíquotas e limites sem alteração; logo, aumento real no recolhimento, somente com a chegada de novos contribuintes, ou daqueles que passassem a ocupar maiores faixas de tributação; ou quando a consciência ou incentivos faz com que sonegadores ou arrependidos inadimplentes contribuam.

Tentando tornar mais justa a tributação, técnicos da **Receita Federal** resolveram lutar por um reajuste ou atualização nas tabelas de retenção do imposto de renda. Nesse caso, só a justiça fiscal estava na mira, eis que, reajustadas as faixas de tributação, sem a reciprocidade nas rendas ou rendimentos daqueles que as ocupavam, diminuiriam os contribuintes dessas faixas e, certamente, outras ficariam sem a reposição, uma vez restarem inalteradas alíquotas. Fato é que a correção das tabelas de retenção que, há muito, preveem os estudiosos, deveria extrapolar os cem por cento, não saiu e continuam pagando/ recolhendo imposto de renda os que sempre o fizeram, e muitos que deveriam estar isentos de fazê-lo.

Passaram, depois, nossos especialistas em tributação a bater na tecla de que justiça fiscal, que já não existia, somente desembocaria em justiça social se viessem, de fato, a ser tributados os mais ricos, os que auferissem maiores rendimentos, em vez de os menos afortunados ou afortunados: diminuindo a injusta tributação sobre o consumo e tributando a renda e patrimônio dos mais abastados. Nunca deu certo essa ideia, possivelmente, por dois motivos: primeiro, porque, regra geral é já se ver tributado o patrimônio quando alienado, transferido, aumentado, corrigido, ou que, de algum modo, suscita um ganho de capital; tributá-lo pelo simples fato de existir e pertencer a indivíduos afortunados que os obtiveram de forma lícita, legítima, legal, seria, senão bitributação, talvez confisco. Segundo: quem teria poder para alterar as normas tributário-legais capazes de abarcar as novas situações -parlamentares, governantes, ou os que

financiam suas campanhas -, não teria interesse em fazê-lo porque, obviamente, seriam eles os mais prejudicados, simplesmente, por serem detentores do patrimônio ou riqueza em questão. Ou seja, tudo indica que, ou se muda o enfoque, repensa-se novas formas de fazer-se uma **reforma tributária** plausível, não punindo, deliberadamente, ricos nem pobres, esquecendo ou não enfatizando essa disparidade perante os que têm o poder de aprovar ou mandar tais projetos às calendas, ou vão os pobres continuar pagando mais **tributos** sobre o consumo e os ricos menos sobre a renda e o patrimônio.

Se não restar como mero fruto da teimosia e birra, não raro, características de nosso parlamento e mesmo poder judiciário, duas tentativas de mexer com a arrecadação tributária estão sendo gestadas: a do primeiro, querendo agradar ao governo, sugestão ao ministério da economia convocar brasileiros que possuam patrimônio desatualizado, omitido ou não regularizado, a, ou os atualizar recolhendo aos cofres públicos três por cento da diferença entre o valor original e o corrigido; ou, em querendo também regularizá-los, recolhendo de imposto sobre o ganho de capital quinze por cento. Já o poder judiciário, em sentido contrário, estaria em vias de concretizar a isenção ou não tributação do lucro inflacionário e do ganho em aplicação financeira, hoje tributados, referentes à simples atualização pela **inflação**, pois que representaria, na visão de ministros daquele poder, apenas reposição ao valor de mercado ou de reposição. Ou seja: é, ou não, difícil entendermo-nos?

Outra tecla que de, tanto ser batida, já deveria estar desbotada ou inutilizada: se a classe política-parlamentar ficasse satisfeita em aceitar que o governo, atendendo ou acatando o que legislação brasileira determina, lhes concedesse somente os recursos a que fariam jus, orçamentariamente, não haveria necessidade de levar os gestores públicos a quase tentar comprar-lhes a liberdade de consciência, de modo a garantir que, pelo menos, os mínimos interesses da população fossem atendidos. Entra governo, troca-se o parlamento e a lengalenga continua a mesma: para que haja governabilidade, o poder público precisa de que todos, todos os portavozes do povo estejam do seu lado. E essa negociata custa caro aos cofres da nação.

Ora, se para haver governabilidade, o governo

necessita de recursos, e, sem ela, não há como alterar o atual sistema tributário, melhor fingir que ele está dando certo e deixar o resto para lá. Pode até um dia ocorrer essa reforma que técnicos e estudiosos tributários e fiscais auguram: quando passarem, notadamente, os que a deveriam entender e, principalmente, defender, parlamentares e governantes, que a tal governabilidade não é mercadoria nem produto comercial, mas um direito gratuito e inalienável do qual gestores e parlamentares, enquanto corresponsáveis, devem prestar contas a quem o delegou: a população, o povo, o eleitor, o cidadão.

**Site:** <https://odia.presslab.com.br/>

# Hora e a vez de ajustar a previdência pública

## - RAUL VELLOSO

**RAUL VELLOSO**

Não bastasse o ruído que virá com a CPI, as atenções dos mercados financeiros se voltam cada vez mais para Brasília e para o resultado final do confuso processo de aprovação do orçamento para 2021, que terá de ocorrer ainda esta semana.

O "x" da questão nessa área é aprovar, a cada ano, gastos que não violem explícita ou implicitamente o teto de crescimento estabelecido pela EC-95/16 para o total do orçamento, o já famoso "teto dos gastos", e igual à inflação anual, ainda que essa exigência seja algo cada vez mais difícil de cumprir, diante do crescente peso dos chamados gastos "obrigatórios" (hoje com 95% do total) e a decorrente queda da participação dos "discricionários" (hoje com apenas 5% do total e com participação de minguados investimentos em infraestrutura). Sem isso, para os economistas brasileiros de viés conservador e os mercados financeiros locais, o País entraria em uma nova crise de grande dimensão e puxada pela volta da inflação, algo que a meu ver precisaria ser mais debatido, estando, portanto, sujeito a revisão.

Enquanto esses assuntos não ganham um rumo mais consistente, dedicar-me-ei nesta e provavelmente nas próximas duas colunas à discussão da busca de equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência, os RPPS, tema que, aprovada a última reforma de regras, precisa ser retomado com urgência especialmente nos estados e municípios, para colocá-los em uma trilha mais consistente de busca do equilíbrio fiscal de longo prazo.

Nem todos sabem, mas os desequilíbrios financeiros e atuariais do RPPS são proporcionalmente maiores que os do regime geral ou RGPS, ainda que, em números absolutos, os deste sejam mais elevados. Por trás, estão regras de acesso e de cálculo de benefícios mais benevolentes no RPPS, que vêm progressivamente se equiparando às do RGPS, desde a Emenda nº 20/1998 até a mais recente de nº 103/2019, e essa equiparação vem ocorrendo tanto por meio das regras de transição como das regras definitivas.

Os RPPS estão na União, nos Estados e em cerca de 2.200 municípios, sendo uns 200 de antes da Constituição de 1988, com vida útil variando entre 30 e

60 anos, como se as aposentadorias e pensões mais antigas fossem um prêmio concedido aos servidores após certo tempo, ficando distantes da lógica previdenciária, inclusive sem contribuições. Além disso, quanto mais antigos, maiores os desequilíbrios, por serem mais distantes do padrão RGPS.

A Emenda 20 introduziu a perspectiva do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, antes inexistente. Em seguida, a Lei nº 9.717/1998 introduziu o primeiro regimento do funcionamento desses regimes e o início da busca do equilíbrio atuarial por meio da sua capitalização. E também veio a ideia do modelo de "segregação de massas", ou separação de uma parte totalmente capitalizada de outra no velho modelo de repartição simples, em gradual extinção. Em 2004, criou-se o CRP, ou Certificado de Regularidade Previdenciária, para atestar a condição de o regime estar a caminho do equacionamento atuarial, inicialmente sem muita adesão, mas depois acontecendo com maior afluxo, sob pena de o ente não receber transferências voluntárias da União, entre outros itens, exigência que hoje está inscrita na própria Carta.

Os RPPS que foram criados após a Emenda 20 estão em situação em princípio mais equilibrada, totalmente capitalizados, sem segregação de massas, e com inversões acumuladas em valores bastante expressivos. Em síntese, são três grupos que se separam conforme os avanços conquistados em suas implantações, sendo que os mais recentes têm, inclusive, planos de equacionamento dos seus passivos atuariais que foram equilibrados via fixação de uma alíquota patronal suplementar, mas alguns conseguiram também aportar ativos aos respectivos fundos.

Com a edição da Emenda 103, reduzir-se-ão os deficits a serem equacionados, conforme a situação de cada um.

Em resumo, tendo evoluído com reformas sucessivas de regras buscando se aproximar das condições vigentes no RGPS, que continua como um regime de repartição simples, os RPPS tendem a ser regimes, em grande medida, de capitalização, mas ainda bastante distintos. Alguns já são 100% capitalizados, outros parcialmente, e são pouquíssimos os que não têm pelo menos alguma capitalização, ainda que,

neste último caso, sejam exatamente os de maior dimensão: a própria União e o estado e a prefeitura da cidade de São Paulo, com deficits bastante elevados e caminhos bem tortuosos para chegar ao equilíbrio financeiro e atuarial.

Dentro de duas semanas, voltarei ao assunto, discutindo o caso específico dos RPPS subnacionais, para quem a Emenda 103 não se aplica automaticamente na maioria dos itens (ou seja, precisarão aprovar reforma similar em suas bases), no processo de chegar ao equilíbrio financeiro e atuarial em um prazo bastante curto, e também de estabelecer a chamada **previdência complementar**, algo até há pouco opcional, e que agora aproximará ainda mais os RPPS ao RGPS, já que o teto dos benefícios passará a ser o mesmo nos dois regimes.

# Acordo destrava Orçamento

O governo e o Congresso Nacional chegaram a um acordo para destravar o Orçamento de 2021, mantendo na proposta os R\$ 16,5 bilhões em emendas parlamentares que haviam sido acertados antes da votação. O objetivo é sancionar a proposta orçamentária com vetos parciais até quinta-feira e, assim, enviar um projeto de lei ao Legislativo para recompor os recursos indicados pelos parlamentares, além de R\$ 20 bilhões em gastos obrigatórios. Fontes da área econômica do governo informaram que houve avanço na medida, mas alertam que faltam ainda detalhes técnicos para encerrar a polêmica. O Orçamento estava travado porque, conforme a proposta aprovada, houve desvio de recursos de despesas obrigatórias para emendas parlamentares.

O principal ponto para que a negociação seja fechada será a aprovação nesta semana ainda de proposta para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O texto enviado pelo governo para viabilizar a reedição de programas emergenciais contra a pandemia de COVID será alterado para permitir o remanejamento de recursos. A aprovação dessa medida permitirá que o governo bloqueie R\$ 9 bilhões em despesas livres (não obrigatórias) por decreto. A sanção desse texto está prevista para amanhã, um dia antes da assinatura do Orçamento deste ano.

O bloqueio de gastos por decreto será importante para que a previsão de gastos obrigatórios não seja subestimada. O corte nessas projeções foi o procedimento encontrado pelos parlamentares para inflar o valor para emendas, o que tornaria o texto inviável para sanção, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Com a aprovação dessa nova regra, o governo consegue também uma brecha legal para reeditar os programas emergenciais sem decretar estado de calamidade pública. Depois desse acordo, o Executivo vai liberar os R\$ 16,5 bilhões em emendas parlamentares para este ano. Ao mesmo tempo, o presidente Jair Bolsonaro enviará outro projeto para recompor R\$ 20 bilhões em despesas obrigatórias, corrigindo as falhas apontadas por técnicos no texto aprovado pelo Congresso Nacional.

O Congresso aprovou Orçamento com R\$ 30 bilhões em emendas extras, chamadas de emendas de relator, mas apenas R\$ 16,5 bilhões foram acertadas com a equipe econômica. Para elevar as emendas além do acordo inicial, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da proposta, cortou gastos obrigatórios,

como despesas com a **Previdência Social** e o seguro-desemprego. O acordo para os R\$ 16,5 bilhões em emendas foi fechado durante a votação da PEC Emergencial e faz parte dos acordos políticos para a eleição do deputado Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara e do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para o Senado.

## PROGRAMAS EMERGENCIAIS

O deputado Efraim Filho (DEM-PB), que apresentou parecer sobre o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 2/21, que faz mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), comentou a abertura de crédito extraordinário destinado a programas emergenciais para redução de salário e jornada na iniciativa privada e apoio a micro e pequenas empresas. O parecer autoriza o bloqueio (contingenciamento) de R\$ 9 bilhões em despesas discricionárias (exceto emendas parlamentares) para fazer a compensação de despesas obrigatórias. Despesas discricionárias são aquelas nas quais o governo tem margem de manobra, por não ter a obrigação de cumpri-las.

"Era um tema que estava gerando muito polêmica. O PLN permite que o governo lide com o aumento de despesas discricionárias sem apresentar medidas compensatórias. Acaba com um engessamento desnecessário nas contas públicas quando se está diante de quadro grave de crise sanitária sem precedentes. O Brasil clama por vacina e emprego. Essa é a missão do Congresso Nacional", afirmou Efraim.

Efraim Filho alterou ainda um dispositivo da LDO (Lei 14.116/20), isentando o governo de indicar consequências de cancelamento e dotações orçamentárias em projetos de lei de crédito suplementar ou especial se os cancelamentos forem para atendimento de despesas primárias obrigatórias. "Quando a LDO foi aprovada, projetava-se que o exercício de 2021 seria de volta à normalidade, com a retomada plena da atividade econômica, mas os primeiros meses do ano mostraram que essa expectativa estava equivocada e, portanto, deve-se adequar as regras fixadas este ano à realidade encontrada", argumentou o parlamentar.

O relator exaltou o caráter suprapartidário do seu parecer, que incluiu sugestões de parlamentares do governo e da oposição. "Apesar das divergências e diferenças, não se poderia ficar contra a retomada de programas para salvar empreendedores e empregos",

apontou Efraim. "Muitas empresas apertaram o cinto em 2020 esperando que haveria uma retomada econômica em 2021, mas a nova onda traz o momento mais crítico da pandemia."

O relatório de Efraim Filho permite a destinação de recursos aos programas emergenciais de combate à crise enquanto perdurarem as medidas sanitárias contra a CO-VID-19: Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), e Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEM).

"Isso vai preservar empregos e contribuir para que empresas sobreviventes retomem a atividade econômica com maior velocidade depois do fim da pandemia", espera o relator.

O substitutivo ainda autoriza o Poder Executivo a ter maior controle sobre a execução das dotações orçamentárias classificadas como RP2, para atender às despesas obrigatórias, com observância ao teto de gastos. As dotações RP2 são recursos passíveis de contingenciamento em qualquer percentual, incluindo emendas ao Orçamento não impositivas.

**Site:** <http://digital.em.com.br/>

# Saques na mira da PF

O **INSS** vai enviar à Polícia Federal ou ao Ministério Público Federal os dados sobre os casos de saques indevidos em pagamentos após o óbito do beneficiário. O **INSS** formalizou o fluxo de repasse de informações aos órgãos de investigação através da publicação nesta segunda-feira da Portaria NQ 1.294 no Diário Oficial da União (DOU).

Nos casos de pagamento indevido de benefício após o óbito do beneficiário, confirmado o óbito, o pagamento e o saque indevido, os dados necessários serão encaminhados de forma eletrônica. Segundo o **INSS**, a PF será avisada quando não houver a identificação do sacador e ao MPF quando o responsável for identificado.

Segundo o texto, os termos ainda precisam ser ajustados com a PF e o MPF, por meio da Diretoria de Integridade, Governança e Gerenciamento de Riscos (Digov) e da Procuradoria Especializada.

As gerências executivas deverão comunicar os casos de pagamento indevido tão logo seja confirmado o óbito do beneficiário, o pagamento e o saque indevido nos casos em que a data do último saque tenha ocorrido há menos de 12 (doze) anos; e quando houver saque com mais de três competências.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Esperamos sair da crise o mais rápido possível

**LARISSA PASSOS**

Ao mesmo tempo em que se prepara para encarar mais efeitos da crise provocada pela pandemia da covid-19 no Distrito Federal, o Executivo local tem avaliado novas medidas. Ontem, em entrevista ao CB.Poder - parceria do Correio com a TV Brasília -, o secretário de Economia, André Clemente, falou sobre projetos para a recuperação econômica na capital do país. Ao jornalista Alexandre de Paula, o chefe da pasta afirmou que não há data para sair da situação, mas que diferentes órgãos públicos têm desenvolvido ações com foco nos setores mais prejudicados. Uma delas tratou-se do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis), implementado no ano passado. A iniciativa, porém, não tem previsão de ocorrer novamente tão cedo. "Precisamos avaliar o cenário que se instala nesta pandemia. O que aconteceu ano passado, as ações tomadas, não necessariamente vão servir para 2021. Precisamos nos reinventar e analisar o que vem de efeito econômico da segunda onda", comentou André.

A grande preocupação hoje é a vacina. Como está a conversa sobre isso?

O senhor tem participado?

A vacina é uma prioridade, porque, cuidando da saúde neste momento de enfrentamento à pandemia, você tem mais segurança para flexibilizar a abertura do comércio e retomar as atividades econômicas. Retomando-as, você tem mais recursos, mais emprego e mais financiamento com a própria saúde pública. Nossa prioridade é a vacina, é cuidar de nossa população e, na sequência, vem a economia.

O DF lidera um consórcio para tentar a compra direta da vacina Sputnik V, ainda não autorizada pela Anvisa. Quando isso ocorrer, será mais fácil a compra. Existem recursos?

O governador Ibaneis, desde a transição (entre governos), preparou todo o cenário econômico de quatro anos. Para isso, criamos um ambiente favorável ao investimento. Mesmo na crise, trouxemos 14 grandes empresas, aumentamos a arrecadação. Em ano de fechamento de atividades econômicas, conseguimos financiar o combate à pandemia, construir hospitais, adquirir equipamentos e contratar

médicos. Foram 9,3 mil contratações de servidores para as áreas voltadas ao enfrentamento da pandemia, e isso inclui saúde, área social e todo o atendimento. Só na área da saúde, foram mais de 6 mil. Obviamente, temos esforço local, mas o presidente Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes auxiliaram muito no ano passado com a transferência de recurso aos estados. Isso foi fundamental nesse enfrentamento. Como o senhor avalia este momento?

Em que podemos pensar daqui para a frente?

Estávamos preparados para crescer. No meio da crise, estamos preparados para enfrentar a crise. Por quê?

Porque, para crescer, o Estado precisa se preparar fiscalmente. E fizemos isso, tanto pelo lado da receita quanto pelo lado da despesa. Aumentamos a receita e administramos a qualidade do gasto. Com isso, tivemos resultados primários positivos em 2020. Saímos de uma situação negativa e atingimos números positivos em 2020. Isso faz toda a diferença, seja para viabilizar recursos, para eventual compra de vacinas, ou para construção de hospitais. E estamos na iminência de inaugurar três de campanha.

Quando vamos sentir essa recuperação na economia?

É possível ter uma estimativa?

É possível, sim. Esperamos sair dessa crise o mais rápido possível. Obviamente, não há data. Administramos todo dia uma crise, mas sabemos que, em breve, estaremos com a atividade econômica retornando, mantendo a arrecadação tributária financiando o crescimento. Você pode ver que o Distrito Federal não parou. Há obras em andamento, construções, contratações de **servidores públicos** e incentivos para a área empresarial. Fizemos muitos desses nas áreas que precisavam. O benefício fiscal é um incentivo. Já a moratória precisa ser trabalhada com muita responsabilidade, porque muitas expectativas são criadas, mas precisamos cuidar de quem precisa. Neste momento, quem precisa são (pessoas das) atividades fechadas: o micro e o pequeno empresário que têm dificuldade de pagar os **impostos**, de se manter. Sabemos que eles são responsáveis por grande parte das contratações. Não podíamos deixar de pensar nos grandes empresários. Mas fizemos o Refis (Programa de Incentivo à

Regularização Fiscal). Por que ele é importante?

Porque dá saúde fiscal às empresas que precisam pegar um empréstimo junto ao banco. Ele (o empresário) precisa de certidões, e nós viabilizamos um Refis. O total negociado foi o dobro de todos os demais que ocorreram no DF somados.

É possível pensar em outro Refis em 2022?

Ele não é uma política para ser repetida todos os anos. Quando implementamos o Refis, iniciamos, também, uma revisão das cargas tributárias, da burocracia, um aumento da transformação digital, principalmente na área tributária, dos contribuintes. Incluímos mais de 430 serviços na transformação digital. Ou seja: é um processo, todo um conjunto de coisas. Agora, precisamos avaliar o cenário que se instala nessa pandemia. O que aconteceu ano passado, as ações tomadas, não necessariamente vão servir para 2021. Precisamos nos reinventar e analisar o que vem de efeito econômico da segunda onda, porque, ano passado, os contribuintes conseguiram manter os recolhimentos de IPTU, IPVA em dia. Mas pode ser que, em 2021, essa dificuldade seja maior. Tanto que prorrogamos o IPTU de várias atividades fechadas para o fim do ano, visando dar fluxo às empresas. Hoje, não há estimativa de nenhum outro Refis, mas, talvez, haja uma situação de passado, de dívidas, que precisaremos administrar no futuro.

# Acordo corta do Orçamento R\$ 20 bi e tira covid do teto

*Fabio Graner, Marcelo Ribeiro, Murillo Camarotto e  
Cristiane Agostini*

Governo e Congresso fecharam ontem acordo para desfazer o impasse que, há três semanas, gerou uma crise que praticamente paralisou Brasília. O conflito surgiu porque o Legislativo aprovou a lei orçamentária deste ano prevendo a liberação - por meio do corte ilegal de despesas obrigatórias da **Previdência Social** -, de cerca de R\$ 16 bilhões adicionais para bancar despesas previstas em emendas parlamentares.

O acordo prevê o corte de R\$ 20 bilhões do Orçamento - R\$ 10,5 bilhões em emendas parlamentares, de execução obrigatória, caso não sejam eliminadas, e o restante em emendas não obrigatórias, como as de bancadas estaduais, e despesas de funcionamento da máquina federal. Foram preservadas emendas parlamentares, no total de R\$ 16 bilhões, negociadas anteriormente entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Fazenda, Paulo Guedes.

O acerto envolveu tanto a negociação dos vetos como a aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN 2), que libera despesas para o enfrentamento da covid-19 fora do teto de gastos e do resultado primário das contas públicas. Ontem à noite, Câmara e Senado aprovaram o texto, elevando para R\$ 100 bilhões o montante a ser gasto em 2021 fora das regras. Foram assegurados, portanto, recursos para novas operações de crédito (Pronampe e Peac Maquininhas) e o BEm (que reduz jornada e salários).

No Tribunal de Contas da União, segundo apurou o Valor, auditores não gostaram da solução encontrada, mas acreditam que, do ponto de vista legal, não há problemas. Para diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, "o mais transparente seria mudar a meta de primário, já que esses gastos são emergenciais, e não mudar a regra". Na prática, disse, haverá um cálculo do resultado primário para fins de cumprimento da meta que será mais baixo do que o resultado que afetará efetivamente a dívida.  
Página A8

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

## Solução para Orçamento não afasta riscos (3)

Chegamos à semana crítica na novela do Orçamento. Pelas informações disponíveis, o presidente Jair Bolsonaro pretende, até quinta-feira, vetar trechos da peça inexecutável e ilegal aprovada no Congresso. O veto parcial é uma tentativa de conciliar a necessidade de manter o Orçamento dentro da lei e as demandas vorazes dos parlamentares, que não abrem mão de recursos para pavimentar o caminho das eleições de 2022. Mesmo que traga os números para perto da realidade, a solução de compromisso não dará conta das deficiências.

O texto aprovado pelo Parlamento é tão absurdo que não acerta nem os valores do salário mínimo e da **inflação**, usados para corrigir despesas obrigatórias como benefícios da Previdência. Fora esse buraco de R\$ 17 bilhões, o relator subestimou em R\$ 26 bilhões as despesas obrigatórias para abrir espaço a R\$ 32 bilhões em emendas para as bases eleitorais dos parlamentares. Parte do rombo foi compensada pelo adiamento do abono salarial. Na negociação, os parlamentares aceitaram reduzir as emendas a R\$ 16,5 bilhões, mas não cedem nem um centavo a mais.

Resta, de acordo com cálculos dos economistas, um buraco que pode variar de R\$ 6 bilhões a R\$ 25 bilhões.

A saída do governo para tapá-lo é obter do Congresso autorização para, ao longo do ano, realocar dotações via decreto, cancelando gastos se houver necessidade de dinheiro para despesas obrigatórias. Para cortar o mínimo possível de emendas, deflagrou-se uma caça, de resultado ainda incerto, a rubricas de despesas não obrigatórias ("discricionárias"). Outra intenção do governo é aprovar uma lei que exclua as despesas com saúde na pandemia do teto de gastos. Somadas as despesas já aprovadas fora do teto, o total poderia chegar a R\$ 125 bilhões (metade do déficit primário previsto para este ano).

Qualquer que seja a solução adotada para acomodar as demandas e a criatividade corria solta ontem no Congresso -, as emendas prometidas aos parlamentares manterão pressão sobre os gastos obrigatórios. O mais provável é que o Orçamento continue sem garantia de recursos para eles. A melhor solução, para não haver risco de estouro do teto nem de faltar dinheiro, envolveria duas medidas: 1) renegociar o valor das emendas, dividindo as despesas nos Orçamentos deste ano e do ano que vem; 2) estender o congelamento salarial dos **servidores públicos** até 2022. Só que isso contraria

os interesses eleitorais do próprio Bolsonaro.

Não é impossível que o governo resolva os problemas legais do Orçamento, mesmo assim a solução não afasta o risco de o dinheiro para tocar a máquina pública acabar no meio do ano, situação conhecida como "shutdown". Na confusão da negociação, os representantes do governo perderam a credibilidade diante dos parlamentares para exigir mais. Numa espécie de retaliação preventiva, estes armaram uma pauta-bomba-em tramitação -envolvendo socorro a setores como eventos, turismo, bares e restaurantes ou agricultores, num total de R\$ 250 bilhões. Mais gasolina para a dívida.

A novela não teria chegado a tal ponto se o governo tivesse aprovado uma PEC Emergencial para valer, que permitisse reduzir salários e jornadas de servidores assim que o teto de gastos se aproximasse -e se, em vez de fechar um acordo que sabia ser inviável, tivesse conduzido com mais competência as negociações com um Parlamento sempre ávido por mais dinheiro.

**Sítio:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Reforma administrativa começa a andar na CCJ

**Fabio Graner**

Um dos principais temas da agenda econômica do governo, a proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma administrativa começa a dar seus primeiros passos no Congresso. Na próxima semana, deve ser divulgado oficialmente o cronograma de sete sessões de audiências públicas sobre o tema na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

As sessões estão previstas para começar no dia 26 de abril, com duas reuniões por semana. É esperada a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, na abertura dessas discussões.

A CCJ é presidida pela deputada Bia Kicis (PSL-DF), aliada ao presidente Jair Bolsonaro, e que nessa semana trabalhou para o tema ter andamento. A relatoria da matéria foi para o deputado Darci de Matos (PSD-SC) e a equipe econômica se mostra otimista com a possibilidade de o tema avançar na comissão ainda no primeiro semestre, segundo apurou o Valor.

Matos se mostra ainda mais otimista. Ele disse à reportagem que pretende apresentar seu relatório ainda em maio, tão logo se encerrem as audiências, o que daria tempo para a votação ainda no mês. O parlamentar adiantou que preliminarmente não vê nenhum problema de inconstitucionalidade no texto, que não estaria ferindo nenhuma cláusula pétrea (parte da Constituição que não pode ser alterada por emenda, apenas por Assembleia Constituinte).

Mas ele sinaliza que alguns trechos do texto original do governo podem ser já modificados na CCJ, como o que trata do estágio probatório de dois anos para os novos concursados. Nesse caso, explica Matos, algumas carreiras de estado, como polícia e auditor fiscal, podem ter períodos mais curtos ou regras diferentes.

O deputado acredita que há ambiente político para a reforma administrativa avançar no Congresso neste ano. Há três fatores que ele elenca para acreditar nisso: as duas Casas legislativas estão alinhadas com a agenda econômica do governo; há maioria do governo para reformas e em terceiro há um caos no setor público que demanda soluções para melhorar a qualidade. "Esse é o momento de fazer algo. Não vai

se precarizar o serviço público, vai se modernizar."

A PEC é um primeiro passo para o processo de reforma administrativa, que dependerá também de uma série de projetos de lei que o governo deve encaminhar depois que a emenda constitucional avançar no parlamento. Esses projetos tratarão de temas como o alongamento entre o início e o fim de carreiras, remuneração inicial, avaliação de desempenho dos funcionários e outros assuntos.

Já a PEC que foi encaminhada ao Congresso em setembro do ano passado busca permitir um novo regime de contratação de **servidores públicos**, com regras mais rígidas para aquisição do direito de estabilidade, e com cinco modalidades de contratação, não mais um único regime jurídico.

O texto confere maior importância ao estágio probatório, visando garantir o ingresso permanente no quadro de servidores daqueles com melhor desempenho durante esse período.

Também há alterações em regras de acumulação de cargos, por exemplo, permitindo esse tipo de situação com mais frequência, à exceção das carreiras típicas de Estado. O relator disse que pode alterar essa parte do texto.

Além disso, a PEC original quer facilitar desligamento de funcionários e vedar uma série de benefícios que esses trabalhadores tem, como férias remuneradas por mais de 30 dias, e aposentadoria compulsória como punição, que ocorre no Judiciário.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

## CPI da Pandemia deve começar já (2)

**IGOR SALMERON**

Se a população brasileira ainda não percebeu, o país já registrou mais de 13.900.134 casos e 371.889 óbitos por Covid-19 até o presente momento se contabilizar desde o começo da pandemia. A média móvel de mortes no Brasil na última semana chegou a 2.917. Se compararmos à média das duas semanas que se passaram, a variação foi de mais 6%. Os lúgubres números estão localizados no novo levantamento do consórcio de veículos de imprensa sobre a situação pandêmica de coronavírus em nosso país. Este triste dado nos faz perceber que são 87 dias seguidos que o Brasil conta com essa média instável de mortes acima da marca de mil.

São 32 dias com essa calamitosa média que escritura mais de dois mil falecidos diários. Dito isto, podemos atestar que tudo aquilo que puder salvar vidas deve ser avaliado atividade imprescindível e ter seu funcionamento autorizado o quanto antes. A CPI da Pandemia está nesse essencial apontamento, porque pode reprimir o boicote do governo federal no prélio à doença. Para os cicerones do presidente no Senado Federal, entretanto, esses trabalhos da bancada devem aguardar pelo arremate da pandemia. Eu te pergunto caro leitor: Como aguardar e até quando? Quando a situação crítica sanitária for tão-somente uma malfazeja lembrança? Quando as diligentes investigações não puderem mais evitar a morte de algum ente querido? Ficam para todos nós esses vitais e forçosos questionamentos.

Lembremos que a primazia da CPI não é abalizar delatados, mas acertadamente de socorrer o maior número de vidas admissível. As redes sociais fiéis ao chefe do executivo alertam para o risco de contaminação trazido pelas audiências. Mas aqui reside a seguinte jocosa ironia: essas mesmas redes são os grupos que, dias atrás, defendiam afluências de milhares de pessoas em igrejas e templos. No caso prático, desejam impor um lockdown, mas tão-somente para a CPI. O petulante cinismo mais uma vez não conhece limites - pois os mesmos que atacam o distanciamento social e afirmam que a comissão coloca em risco o distanciamento, são no caso àqueles que defendem reuniões coletivas em templos sagrados.

A CPI pode muito bem ser encetada de maneira semipresencial, por meio do acatamento às medidas de distanciamento social e dos adequados cuidados sanitários. Neste sentido, o presidente e o relator

assomado a alguns **servidores públicos** poderiam acompanhar os depoimentos dos convidados presencialmente, enquanto os outros membros da comissão participariam de forma virtual. A CPI além de investigar as atuações e omissões do governo federal na pandemia, também sopesará os repasses de recursos federais a Estados e municípios. Infelizes episódios como o relacionado ao sufocamento coletivo dos cidadãos de Manaus por causa do retardamento no envio de oxigênio jamais podem ser esquecidos.

Além disso, temos a questão de rememorar a arbitrária sabotagem na compra das vacinas assomada à produção e aquisição de remédios ineficazes contra o patógeno. Ao defender tanto o funcionamento das atividades essenciais, será mais uma das contradições presidenciais se recusar que o Senado Federal consinta melhorar o enfrentamento à pandemia.

Portanto, a CPI da Pandemia deve começar já. Para concluir, últimos dados que saíram na Universidade de Washington apontaram que podemos atingir quase 654 mil óbitos a partir do mês de agosto. Somente uma correção de direção pode salvar essas vidas - ou não seria essa a atividade mais que fundamental Senhor Presidente?

Se há 1% de chance, tenhamos 99% de Fé.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=115074#page/1>

# Abaixo-assinado quer frear reforma administrativa - SERVIDOR

**Camila pontes**

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público está recolhendo assinaturas para um abaixo-assinado online que visa pressionar o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a suspender a tramitação da reforma administrativa enquanto durar a pandemia. No início da noite de ontem, pouco mais de 20 mil pessoas já tinham apoiado a iniciativa. A meta é chegar a 25 mil nomes na lista.

A reforma administrativa, como é chamada a PEC 32/2020, altera as formas de vínculo dos servidores ao Estado e extingue a estabilidade para alguns cargos. O abaixo-assinado, argumenta o texto, não pode ser devidamente discutido durante a pandemia, com a participação de representações sociais, por causa das restrições às atividades presenciais na Câmara.

- Todos os caminhos que nos ajudem a mostrar força e derrubar a reforma administrativa são válidos-diz o deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), presidente da Servir Brasil, outra frente que também defende o serviço público no Congresso e que está promovendo lives sobre o assunto toda quinta-feira, nas redes sociais.

**Prorrogado prazo para comprovar gastos com saúde**

O Ministério da Economia prorrogou até 31 de agosto o prazo para servidores comprovarem despesas com planos de saúde, a fim de prestar contas em relação ao ressarcimento dos gastos. Normalmente, a data expira no último dia útil de abril. A medida vale para funcionários públicos ativos e inativos do Poder Executivo federal e para militares dos extintos territórios federais de Amapá, Rondônia e Roraima.

A não comprovação dos gastos até o prazo determinado pode implicar a abertura de processo para devolução dos valores reembolsados, além da perda do benefício. Beneficiários da Assefaz e da Geap não precisam fazer o procedimento.

**Capacitação para funcionários das forças de segurança**

Quarenta assistentes sociais e psicólogos das forças de segurança fluminenses - como polícias civil e militar, Corpo de Bombeiros e Secretaria de

Administração Penitenciária - estão participando do "Diálogo Cidadão", curso de capacitação em direitos humanos oferecido a servidores pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro. É a segunda edição do projeto, que terá 20 encontros até agosto.

Os funcionários inscritos na turma foram escolhidos pelas unidades onde trabalham. A ideia é que cada aluno seja um multiplicador do conhecimento adquirido e compartilhe o aprendizado com outros agentes de segurança por meio de palestras e apresentações.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

## Boiada à vista (3)

Ao tornar mais evidente o despreparo de Jair Bolsonaro para enfrentar a pandemia de Covid-19, o agravamento da crise sanitária transformou seu governo em alvo fácil para pressões de toda natureza.

É o que explica as concessões feitas para solucionar a disputa travada entre o Executivo e o Congresso pelo controle do Orçamento, em que gastos obrigatórios foram subestimados para ampliar recursos disponíveis para obras em redutos eleitorais dos parlamentares.

Nesta segunda (19), anunciou-se um acordo para afrouxar limites criados para conter os gastos federais, cortando parte das emendas de deputados e senadores e abrindo espaço para socorrer empresas e trabalhadores cujas atividades foram paralisadas.

Se prevalecer, o arranjo permitirá que Bolsonaro finalmente sancione a lei orçamentária deste ano nos próximos dias, chancelando ao menos no papel as verbas destinadas a contemplar interesses dos parlamentares e gastos emergenciais.

Alguns dos setores mais prejudicados pela calamidade já tinham desistido de esperar por ajuda governamental e mobilizaram aliados no Congresso para garantir o seu, como noticiou a Folha.

Os mais bem-sucedidos até agora foram os promotores de eventos e a indústria do turismo, beneficiados por um pacote que poderá custar R\$ 243,5 bilhões em cinco anos. Ele ainda depende da sanção do presidente para virar lei.

O programa suspende as obrigações desses setores com **tributos** federais por cinco anos e autoriza a renegociação de dívidas antigas com desconto generoso, além de oferecer uma indenização para compensar prejuízos de 2020.

Projetos com benefícios semelhantes para donos de bares e restaurantes e pequenos produtores agrícolas estão em discussão no Senado e podem ser colocados em votação nesta semana.

A equipe econômica do governo tem combatido essas propostas, preocupada com o risco de um estouro da boiada se as benesses forem estendidas a outras atividades.

Mas parece reduzida a capacidade de resistência do governo, acuado diante da criação de uma CPI para apurar suas responsabilidades na pandemia e das

pressões constantes de seus aliados no centrão por cargos e verbas públicas.

Não há dúvida de que o recrudescimento da crise nos primeiros meses do ano tornou sombrias as perspectivas para a economia e aumentou a insegurança de trabalhadores e empresas.

Mas a fragilidade do estado das finanças públicas exige um plano coerente, para evitar o desperdício dos escassos recursos disponíveis e sua apropriação por grupos de interesse bem conectados com os mandachucas do Congresso.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49502>

# Senado proíbe uso de escutas para embasar acusações

**BRUNO GÓES**

O Congresso derrubou vetos do presidente Jair Bolsonaro ao pacote anticrime, aprovado em 2019. Em sessão do Senado, ontem, os parlamentares restituíram norma que proíbe o uso de gravações ambientais em investigações sem autorização prévia da Justiça- salvo quando elas são usadas pela defesa.

Os vetos foram derrubados pelo Senado por 50 votos a seis. Em março, a Câmara também havia votado pela derrubada por 313 a 99. Como houve a decisão nas duas casas, volta a valer a regra original aprovada pelo Congresso. Houve acordo prévio para a derrubada das decisões do presidente.

Para que as escutas sejam validadas, os advogados terão que demonstrar que a prova não foi corrompida. Ou seja, terão que atestar a integridade do material.

À época do veto, o governo alegou que este trecho da lei contrariava "o interesse público". Para isso, argumentou, em análise técnica, que "uma prova não deve ser considerada lícita ou ilícita unicamente em razão da parte que beneficiará, sob pena de ofensa ao princípio da lealdade, da boa-fé objetiva e da cooperação entre os sujeitos processuais". Além disso, argumentou que representava um retrocesso legislativo no combate ao crime. Os vetos foram **impostos** quando Sérgio Moro ainda era ministro da Justiça.

Senadores também triplicaram as penas de crimes contra a honra, no caso de serem praticados nas redes sociais. O Código Penal prevê pena de seis meses a dois anos de detenção para crimes contra a honra, como calúnia, injúria ou difamação. O texto reabilitado endurece a punição se o crime for "cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores".

A legislação poderá ser aplicada tanto a defensores como adversários do governo Jair Bolsonaro que extrapolam os limites da crítica.

Também foi resgatada norma que agrava a pena do crime de homicídio qualificado com uso de arma de fogo de uso restrito ou proibido. A pena para esse crime será de 12 a 30 anos de prisão. Se o veto fosse mantido, continuaria de 6 a 20 anos.

Também houve rejeição de veto relacionado às audiências de custódia. O trecho resgatado determina que a audiência ocorra em até 24 horas e proíbe a realização de videoconferência.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Saiba como estão as perdas para a pirataria no Brasil

**HUMBERTO TREZZI**

A pandemia da covid-19 teve pelo menos um efeito colateral benéfico: atrapalhou também os negócios dos criminosos. Só que não muito, em se tratando de crime organizado internacional.

Levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (entidade formada por empresários brasileiros) demonstra que o Brasil perdeu R\$ 287,9 bilhões para o mercado ilegal em 2020. O valor é a soma das perdas registradas por 15 setores industriais (R\$ 197,2 bilhões) e a estimativa dos **impostos** que deixaram de ser arrecadados (R\$ 90,7 bilhões) em razão da ilegalidade. Essa média foi feita com base num percentual médio de 46% de taxaço sobre cada produto, mas alguns itens, como o cigarro, pagam imposto de até 90%.

A pandemia fez esse setor do crime recuar? Um pouquinho. O balanço mostra queda de 1,2% em relação a 2019, ano em que as perdas para o mercado ilegal alcançaram R\$ 291,4 bilhões. A exceção é no setor de celulares, em que houve aumento.

A redução, mesmo que pequena, é efeito das medidas de restrição adotadas para conter o vírus, como o isolamento social, além do comércio fechado, o bloqueio de fronteiras, bem como a alta do dólar e o aumento das apreensões nas estradas. O cigarro, um dos setores mais afetados pelo contrabando, perdeu R\$ 14,2 bilhões em 2020. Em 2019, foram R\$ 15,9 bilhões.

HUMBERTO TREZZI

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2021863#page/1>

# Empresários cobram Refis com urgência

**Ludmila Azevedo**

O Congresso deve analisar ainda este mês medidas para evitar a falência de empresas prejudicadas pela pandemia da Covid-19. A mais esperada é o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que permite a renegociação de dívidas junto à União.

No Estado, empresários cobram um Refis federal com urgência e dizem que ele é a única maneira de evitar demissões e até falências.

Uma das propostas mais bem avaliadas entre os parlamentares é o Projeto de Lei 2.735/2020, do deputado federal Ricardo Guidi (PSD-SC), que cria o Programa Extraordinário de Regularização Tributária na pandemia.

Trata-se de uma espécie de "Refis da Covid-19", que prevê redução de 90% das multas de mora e de ofício, das isoladas, dos juros de mora e do valor de encargo legal.

A dívida será paga em parcelas mensais, cujo valor será determinado por um percentual da receita bruta do mês imediatamente anterior. Em relação a pagamentos feitos em 2021 e 2022, o percentual será de 0,3% para pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido, e 0,5% nos demais casos.

"Precisamos amenizar multas e taxas de juros, e o projeto, se aprovado, trará essa vantagem para os empreendedores. E o fôlego que as micro e pequenas empresas precisam para sobreviver", afirmou José Vargas, presidente da Federação das Associações de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais do Estado (Femicro-ES).

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Fernando Otávio Campos, também acredita que o Refis pode significar a diferença entre continuar existindo e fechar:

"O refinanciamento iria permitir o crescimento das receitas futuras. E certo que haverá um crescimento acelerado com o fim da pandemia, e só será possível aproveitar esse 'boom' com empresas estruturadas e funcionando."

O setor de bares e restaurantes também vê a proposta com bons olhos. Mas, para Rodrigo Vervloet, presidente do Sindbares, o ideal seria a anistia, a

isenção do pagamento de eventuais **tributos** devidos durante a pandemia.

O governo do Estado já anunciou o Refis 2021. Os descontos serão conforme data de adesão e podem chegar a 100% das multas e juros.

Bancada quer aprovar proposta

Os parlamentares capixabas defendem que o projeto que cria o Refis federal seja votado o quanto antes. "Já era para ter sido votado, a gente apresentou requerimento de urgência já tem mais ou menos um mês e o relatório já está pronto", disse a senadora Rose de Freitas (MDB).

O deputado Josias da Vitória (Cidadania) concorda com a urgência da pauta. "Essencial para dar condições de as empresas manterem suas atividades".

O deputado Amaro Neto (Republicanos) afirmou que, assim que o projeto for pautado, vai trabalhar pela aprovação. "Precisamos preservar empregos e empreendimentos", disse.

# Governo tem R\$ 10 bi para programa de corte de jornada

O governo pretende destinar até R\$ 15 bilhões para ajudar micro e pequenas empresas afetadas pela retomada da pandemia de covid-19, anunciou o Ministério da Economia horas antes de um acordo entre o governo e o Congresso para flexibilizar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 e liberar os recursos para os programas. Dos R\$ 15 bilhões, R\$ 10 bilhões iriam para o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que complementa a renda de empregados de empresas que reduzem jornadas ou suspendem contratos de trabalho em função da pandemia. Os R\$ 5 bilhões restantes devem irrigar o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que financia pequenos negócios com juros baixos e regras simplificadas de acesso ao crédito.

O projeto que altera a LDO de 2021 retira um dispositivo que obrigaria o governo a compensar os dois programas temporários com corte de despesas em outras áreas ou com aumento de **tributos** e de outras fontes de receita.

As medidas de ajuda aos negócios de menor porte têm sido uma das reivindicações dos setores mais atingidos pela segunda onda da pandemia de covid-19. Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), 91% das empresas do segmento não conseguiram pagar integralmente as folhas salariais em abril.

O setor do varejo é outro que também esperava a reedição do programa pois passa por dificuldades após a adoção das medidas de restrições mais rígidas. Diante do fechamento das lojas e com a economia em crise representantes do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo discutiam a possibilidade de haver demissões em massa.

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi criado no ano passado, após o início da pandemia. As empresas que realizaram o acordo puderam fazer quatro tipos de acordos. Os trabalhadores dessas empresas passaram a ter a jornada de trabalho reduzida e começaram a receber o BEm para compensar parte das perdas salariais.

As empresas que aderiram ao Programa de Redução de Salário e Jornada tiveram que garantir o emprego

de seu funcionário pelo dobro de tempo do acordo estabelecido. De acordo com o Ministério da Economia, o programa contemplou 9,8 milhões de trabalhadores e mais de 1,4 milhão de empresas.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Atividade econômica cresce 1,7% no mês de fevereiro

A atividade econômica registrou crescimento, em fevereiro, pelo décimo mês consecutivo. É o que mostra o índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado nessa segunda-feira (19) pelo Banco Central (BC).

Em fevereiro, o índice apresentou alta de 1,7% na comparação com janeiro, segundo dados dessazonalizados (ajustados para o período). Em relação a fevereiro de 2020, a expansão ficou em 0,98% (sem ajustes).

No primeiro bimestre comparado ao mesmo período de 2019, foi registrado crescimento de 0,23%. Em 12 meses terminados em fevereiro de 2021, houve retração de 4,02%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar suas decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic.

O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia: indústria, comércio e serviços, e agropecuária, além do volume de **impostos**.

Mas o indicador oficial, com metodologia diferente do IBC-Br, é o Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma de todas as riquezas produzidas pelo país, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado trimestralmente.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=115074#page/1>

# Certificação digital segue sem obrigatoriedade

O Congresso Nacional manteve o Veto nº 50/2020 da Lei 14.063, que extinguiu a obrigatoriedade da certificação digital para pessoas físicas e jurídicas, mantendo a exigência somente em situações muito específicas.

A manutenção da decisão do presidente da República, Jair Bolsonaro, favorece os donos de micro e pequenos negócios, pois reduz custos e a burocracia no empreendedorismo.

O veto à obrigatoriedade da certificação digital e a sua manutenção foi uma das ações que o Sebrae defendeu para aumentar a competitividade e permitir que as micro e pequenas empresas continuem gerando trabalho e renda e sendo o motor da economia. "O Congresso Nacional acertou ao manter esse veto presidencial. Voltar com essa obrigatoriedade seria um retrocesso no processo de desburocratização que o Brasil vem adotando", comemora o presidente do Sebrae, Carlos Melles.

De acordo com Melles, a decisão acertada dos parlamentares permitirá que os pequenos negócios continuem tendo fôlego para enfrentar os desafios **impostos** pela pandemia e gerando empregos.

"Se o veto tivesse sido derrubado, diversos serviços digitais lançados pelo governo federal e pelos governos estaduais nos últimos anos exigiriam que cidadãos e empresas tivessem que adquirir certificados digitais, o que acarretaria aumento de custos e da burocracia", pontou.

Desde que a obrigatoriedade da certificação digital foi eliminada, o desempenho nas formalizações de empresas nas juntas comerciais melhorou.

Segundo levantamento produzido pelo Sebrae, cresceu o número de assinaturas avançadas nos atos perante as juntas comerciais. Só em 2021, as assinaturas avançadas por meio dos selos de verificação do governo federal foram utilizadas mais de 100 mil vezes para os atos de registro empresarial nas Juntas Comerciais dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e Rio Grande do Sul, todas apoiadas pelo Sebrae no Projeto Empreendedor Digital.

**Desburocratização** - A desburocratização de processos e a redução de custos das empresas têm sido foco de várias ações do governo federal e do Sebrae em busca do aumento da competitividade brasileira e da maior atração de investidores para o país.

No fim de março, o governo editou a MP 1.040, que visa melhorar o ambiente de negócios no Brasil e elevar em 20 posições a colocação do país no ranking Doing Business, do Banco Mundial. O Sebrae tem apoiado e se mostrado parceiro em ações do governo federal que têm melhorado o acesso aos serviços pela internet e que deixam de exigir o certificado digital

"O Congresso Nacional acertou ao manter esse veto presidencial.

Voltar com essa obrigatoriedade seria um retrocesso no processo de desburocratização que o Brasil vem adotando"

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-20-04-2021/>

# Gasto além do teto pode chegar a R\$ 100 bi

**ROSANA HESSELAUGUSTO FERNANDES**

O Congresso Nacional aprovou, ontem, em votação simbólica, projeto de lei do Executivo que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 e, desse modo, abre espaço a um acordo para que o presidente Jair Bolsonaro sancione com vetos o Orçamento deste ano. O Orçamento foi aprovado em 25 de março, mas tem problemas que precisam ser corrigidos.

O projeto aprovado ontem dá ao Executivo o poder de cancelar as despesas discricionárias - que são utilizadas na manutenção da máquina pública e investimentos - para compensar gastos obrigatórios. O texto ainda libera a União da necessidade de compensar gastos extraordinários com o enfrentamento dos efeitos da pandemia da covid-19.

Ontem, a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda (PL-DF), chegou a afirmar que a medida possibilitaria ao governo gastar ao menos R\$ 100 bilhões fora do teto de gastos. Contudo, voltou atrás e ponderou que os valores ainda não estão totalmente definidos, pois "os cálculos ainda estão sendo feitos".

A LDO de 2021, que define as diretrizes para a elaboração e a execução do Orçamento deste ano, incluindo a meta fiscal, impedia a criação de gastos extraordinários sem uma medida compensatória do lado da receita. Porém, a área econômica subestimou os efeitos da segunda onda da pandemia. O agravamento da crise sanitária acabou exigindo mais gastos, mas essa trava virou um impedimento para a emissão de créditos extras.

Para piorar, do jeito que foi aprovado pelo Congresso, o Orçamento não pode ser sancionado sem vetos, pois rompe o teto de gastos - regra constitucional que limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior. Além disso, há outros problemas, inclusive cancelamento de despesas obrigatórias, que estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para não cometer crime de responsabilidade fiscal, o Palácio do Planalto negociou uma saída para o imbróglio.

Devido aos acordos feitos com o Centrão para garantir a eleição das presidências da Câmara e do Senado, o governo acabou prometendo mais do que podia a deputados e senadores. Com isso, as emendas parlamentares saltaram de R\$ 16,5 bilhões para quase R\$ 49 bilhões, incluindo as emendas do relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC), que destinou R\$ 26,5

bilhões para investimentos em obras não relacionadas ao combate à covid-19.

Segundo Flávia Arruda, o acordo do governo com o Congresso caminha para um veto parcial de R\$ 10,5 bilhões de emendas do relator, mas o valor pode chegar a R\$ 18 bilhões. "Estamos caminhando para um veto parcial, mantendo algumas emendas do relator. É uma ótima notícia para nós e importante para a manutenção das emendas", afirmou a ministra, em videoconferência realizada pela XP Investimentos.

**Prazo**

Bolsonaro tem até quinta-feira para sancionar o Orçamento deste ano. Segundo cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), sem vetos, haverá um estouro de R\$ 31,9 bilhões no teto de gastos, cujo limite para as despesas sujeitas a essa regra é de R\$ 1,485 trilhão. Logo, se o veto parcial for em torno de R\$ 18 bilhões, é possível que não seja suficiente.

A saída pode vir do projeto de lei aprovado ontem, pois ele cria uma série de despesas extras fora do teto de gastos. O deputado Efraim Filho (DEM-PE), relator da proposta, disse que os valores das emendas que serão vetadas ainda serão definidos pelo Executivo. "Em tese, serão bloqueados R\$ 9 bilhões de despesas discricionárias e haverá veto parcial de emendas em comum acordo entre o governo e o Congresso, para recompor os gastos obrigatórios, que era onde estava toda a confusão", disse.

Com a aprovação do projeto, o Ministério da Economia informou que prevê até R\$ 15 bilhões para a recriação "nos próximos dias" de dois programas voltados a auxiliar empresas durante a pandemia. Serão destinados até R\$ 10 bilhões para o Benefício Emergencial para a Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que permite a redução de salários, e R\$ 5 bilhões para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que oferece crédito a juros baixos.

**Troca de farpas**

Pela manhã, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reclamou de críticas "injustas e oportunistas" feitas ao acordo e atacou seu antecessor, Rodrigo Maia (DEM-RJ). "O orçamento deste ano só foi aprovado depois da eleição dos novos presidentes da Câmara e do Senado, justamente pelas dificuldades criadas pela gestão do meu antecessor e

os seus compromissos políticos", escreveu Lira nas redes sociais. Maia reagiu. "O presidente da Casa virou humorista. Aliás, defender a sanção do Orçamento de 2021 só pode ser uma piada", escreveu. O deputado fluminense chamou o Orçamento de "criativo ou fura-teto". "Acabou o teto de gastos e o compromisso com a meta. Arno Augustin (ex-secretário do Tesouro Nacional, apontado como autor das "pedaladas fiscais" que levaram ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff) com inveja do novo orçamento criativo. Uma coisa boa: o governo poderá contingenciar RP 9 (emenda do relator)", acrescentou.

# Abertura "lenta, gradual e segura": do AI-5 à Lei de Segurança Nacional (2)

**Ricardo Lewandowski, Ministro do Supremo Tribunal Federal e professor titular de teoria do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

O autoritarismo do regime imposto à nação, em abril de 1964, atingiu o seu ápice, pouco mais de quatro anos depois, com a edição do Ato Institucional nº 5, que suspendeu diversas franquias constitucionais, dentre elas o habeas corpus para crimes políticos e as garantias da magistratura, além de autorizar o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional e a cassar mandatos eletivos. Ao todo, foram 17 atos institucionais e mais de 100 complementares, que se colocavam acima da Constituição.

Em 1973, a crise do petróleo, originada nas guerras do Oriente Médio, provocou uma sensível desvalorização do dólar, desorganizando a economia internacional. Como consequência, o Brasil sofreu um declínio no crescimento, um recrudescimento da **inflação** e um aumento no desemprego, gerando intensa insatisfação social. Em meio a esse contexto, ascendeu ao poder o presidente Ernesto Geisel, que iniciou uma abertura institucional "lenta, gradual e segura", articulada pelo chefe da Casa Civil de seu governo, general Golbery do Couto e Silva, enfrentando forte reação dos integrantes da ala mais radical do regime.

Já perto do final do mandato, em outubro de 1978, Geisel fez aprovar a Emenda Constitucional nº 11, que, entre outras medidas, revogou os atos institucionais e complementares, embora preservando os seus efeitos, insuscetíveis de apreciação judicial. Ademais, introduziu na Carta de 1967 determinadas salvaguardas, com destaque para o estado de emergência, que permitia a suspensão de direitos e garantias fundamentais, quando fossem "exigidas providências imediatas, em caso de guerra ou para preservar a integridade e a independência do país, bem como para impedir ou repelir as atividades subversivas".

Dando continuidade à abertura iniciada por seu antecessor, o presidente João Figueiredo, também sob forte pressão popular, sancionou a lei 6.683/79, concedendo uma anistia "ampla, geral e irrestrita" aos acusados da prática de crimes políticos ou delitos conexos. Com o agravamento da recessão econômica e o advento de uma hiperinflação, enfrentada pelas

autoridades com um implacável arrocho salarial, a oposição acabou alcançando expressivo avanço no pleito de 1982. Na sequência, ganhou força um movimento nacional pela restauração da democracia, a começar pela imediata convocação de eleições presidenciais diretas, que levou dezenas de milhares de pessoas às ruas e praças públicas durante todo o ano de 1983.

Nesse ambiente, em meados de dezembro, promulgou-se a lei 7.170783, que ainda vigora nos dias atuais, definindo os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. Tal texto normativo corresponde à última versão de uma série de outros sobre o mesmo tema, que se iniciou com uma lei de 1935, engendrada pelo então presidente Getúlio Vargas, pouco antes de implantar a ditadura do Estado Novo.

Apesar de várias vezes alterada ao longo do tempo, os distintos diplomas legais que a substituíram jamais destoaram da tônica original marcada pela ênfase na repressão a inimigos internos.

Esse verdadeiro espectro jurídico, cuja principal característica é a tipificação excessivamente aberta de certos crimes, como, por exemplo, "incitar a subversão da ordem política", assim como a remessa do julgamento deles à Justiça Militar, continua a assombrar os cidadãos brasileiros, mesmo após a redemocratização do país. Resta saber se suas disposições continuam compatíveis com o espírito e a letra da Constituição Cidadã" de 1988.

[...] Principal característica [da Lei de Segurança Nacional] é a tipificação excessivamente aberta de certos crimes, como, por exemplo, "incitar a subversão da ordem política". (...) Resta saber se suas disposições continuam compatíveis com o espírito e a letra da "Constituição Cidadã" de 1988

Ricardo Lewandowski, Ministro do Supremo Tribunal Federal e professor titular de teoria do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49502>

# Governo e Congresso manobram para manter emendas e resolver Orçamento

**Danielle Brant, Renato Machado e Bernardo Caram  
brasília**

Em uma manobra para atender à pressão de parlamentares, governo e Congresso fecharam um acordo nesta segunda-feira (19) para aprovar um projeto de lei que busca resolver o impasse do Orçamento deste ano.

O texto retira da meta fiscal o programa de corte de jornada e salários, o Pronampe e gastos emergenciais com saúde, além de facilitar o corte de verbas de ministérios.

No total, o governo pode ser autorizado a deixar quase R\$ 100 bilhões fora da meta fiscal deste ano - esses recursos também não serão contabilizados no teto de gastos.

A expectativa é que a medida ajude a abrir espaço para acomodadas emendas parlamentares acatadas pelo relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), na construção de seu parecer.

O texto do projeto de lei do Congresso Nacional foi originalmente enviado pelo governo para retirar a exigência de compensação para criar programas temporários neste ano. Em acordo entre líderes, a medida foi incrementada com outros dispositivos.

O projeto foi aprovado na noite desta segunda e vai para sanção presidencial.

O relator do projeto, deputado Efraim Filho (DEM-PB), acatou emenda do senador Rogério Carvalho (PT-SE) que retira da meta de resultado primário os créditos extraordinários voltados às despesas com ações e serviços públicos de saúde, desde que identificadas em categoria de enfrentamento à pandemia de Covid-19.

Também ficam excluídos da meta os gastos com o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Essas ações, liberadas por meio de crédito extraordinário, já estariam fora do teto de gastos, regra que limita as despesas do governo à variação da

**inflação.** No entanto, elas ainda contariam na meta - compromisso feito pelo governo para evitar crescimento da dívida pública que corresponde à diferença entre receitas e despesas primárias, exceto gasto com juros.

A meta fiscal estabelecida para este ano é de déficit de R\$ 24 7bilhões. Com o acordo, o número fica inalterado e as contas do governo são separadas em duas. O Orçamento tradicional segue com as normas fiscais, enquanto os gastos com a pandemia ficarão fora do teto e da meta.

Segundo o Ministério da Economia, o programa de emprego e o Pronampe estão em processo de finalização e terão custo de R\$ 15 bilhões. Segundo a pasta, as duas ações, que já vigoraram em 2020, serão relançadas após a aprovação dessa flexibilização orçamentária pelo Congresso.

Até o momento, o governo já havia autorizado R\$ 44 bilhões fora do teto de gastos e da meta fiscal. Com o acordo, outras verbas ficarão livres de cumprir essas regras -cerca de R\$ 40 bilhões já liberados para ações emergenciais e, agora, mais R\$ 15 bilhões com os dois novos programas.

Com isso, o valor isento de cumprimento das regras fiscais se aproxima de R\$ 100 bilhões. O montante poderá aumentar ao longo do ano se o governo editar novas medidas emergenciais ou liberar mais recursos para a saúde.

Em outro dispositivo elaborado para resolver o impasse sobre o Orçamento, o governo terá maior liberdade para remanejar recursos, sem a necessidade de validação do Congresso para fazer certas movimentações de verba.

Ele poderá, por exemplo, cortar por decreto despesas discricionárias -aquelas voltadas ao custeio da máquina pública e investimentos- para recompor gastos obrigatórios, como aposentadorias e outros benefícios.

A medida é considerada necessária porque o Orçamento deste ano está com despesas obrigatórias subestimadas. A equipe econômica vinha defendendo a necessidade de recomposição dessas rubricas. Caso contrário, o presidente Jair Bolsonaro estaria

sujeito a cometer crime de responsabilidade e ficaria vulnerável a um processo de impeachment.

"Vamos conseguir fazer um bloqueio de R\$ 9 bilhões em despesas discricionárias por parte do governo para fazer a compensação em despesas obrigatórias", disse. "Assim, dá um resultado na meta fiscal para adoção e reedição de medidas protetivas para o empregador e para o emprego."

Segundo líderes do Congresso, após a aprovação da medida, Bolsonaro poderá sancionar o Orçamento deste ano com R\$ 16,5 bilhões em emendas do relator, cedendo à pressão de parlamentares, respeitando acordo feito entre governo e Legislativo.

Na leitura do diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado, Felipe Salto, o acordo pode não ser suficiente para resolver as contas do Orçamento. Para ele, além do corte de R\$ 9 bilhões em ministérios, o governo terá que contingenciar mais recursos das pastas ao longo do ano para respeitar o teto de gastos, o que pode dificultar o funcionamento da máquina.

A avaliação de Salto é que a redação do projeto deixa uma brecha para que o governo corte inclusive as emendas do relator se ficar comprovado que não haverá espaço para cumprir a regra fiscal neste ano.

"O governo vai ainda precisar contingenciar mais. E, a meu ver, poderá fazê-lo nas emendas de relator-geral, porque o dispositivo do projeto diz que as alterações orçamentárias devem se sujeitar ao teto de gastos", afirmou.

Para ele, a saída para solucionar os problemas no Orçamento não foi a melhor.

"Perde-se transparência ao lançar mão desse subterfúgio de abater despesas da meta de primário. O recomendável é que a meta de primário fosse alterada, neste caso, já que se estão contratando gastos novos", disse.

Em rede social, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-presidente da Câmara, criticou a manobra. "Vamos ver se eu entendi. Essa emenda coloca fora do teto o Programa do Bem e o Ponampe, de cerca de R\$ 16 bilhões, para poder sancionar a emenda de relator de 16 bilhões" disse. "É ou não é um orçamento criativo?"

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), defendeu as mudanças feitas pelo relator. "O governo assume, de público, o compromisso com as mudanças efetuadas."

O Orçamento foi aprovado pelo Congresso com

menos verba que o necessário em despesas obrigatórias, para dar espaço às emendas, e com riscos de pedaladas nos mesmos moldes da usada como base para derrubar Dilma Rousseff.

Por isso, Bolsonaro estava em meio a um impasse. Ou sancionava o Orçamento e corria risco de acusação por crime de responsabilidade ou vetava ao menos parcialmente o trecho e desagrava ao Congresso.

O impasse fez crescer relatos de insatisfação do ministro Paulo Guedes (Economia) no Congresso e na ala política do governo. A equipe econômica acredita que o ministro está sendo alvo de "fogo amigo", principalmente por causa da articulação de Onyx Lorenzoni (Secretária-geral da Presidência) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) para desgastá-lo.

Após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pautar uma versão alternativa dos programas emergenciais, de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC), a equipe de Guedes, então, encaminhou a proposta que altera a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), agora aprovada pelos deputados federais.

Na manhã desta segunda, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pressionou pela aprovação do projeto. Em rede social, Lira, líder do centrão, atribuiu a demora na votação do Orçamento às "dificuldades criadas pela gestão do meu antecessor [Maia] e os seus compromissos políticos".

As declarações foram rebatidas por Maia, que afirmou que Lira "virou humorista". "Aliás, defender a sanção do Orçamento de 2021 só pode ser uma piada."

Gastos emergenciais fora de regras fiscais

Valores já liberados até o momento ou oficialmente anunciados:

Auxílio emergencial:

R\$ 44,9 bilhões

Compra de vacinas: R\$22,3 bilhões

Gastos com Ministério da Saúde e outras pastas R\$ 11,7 bilhões

Programa de Manutenção do Emprego: R\$ 14,5 bilhões

Pronampe: R\$5 bilhões

Qual a causa o problema?

Orçamento foi aprovado turbinando emendas parlamentares em R\$ 29 bi e subestimando despesas obrigatórias

Qual o impasse?

Parlamentares pressionavam pela manutenção de ao menos R\$ 16,5 bi em emendas do relator. Equipe econômica queria corte maior para recompor gastos obrigatórios

Qual a solução?

Para destravar ações emergenciais de enfrentamento à pandemia, projeto retira da meta fiscal gastos com programas de crédito e emprego, além de despesas com saúde. Governo ainda terá maior liberdade para cortar, via decreto presidencial, gastos de custeio e investimento com o objetivo de recompor despesas obrigatórias

Quem ganha?

Manobra resolveu parcialmente problemas para os dois lados da disputa. Guedes foi atendido ao retirar gastos emergenciais das regras fiscais e ganhar mais liberdade para cortar verbas de ministérios. Parlamentares foram atendidos com ao menos R\$ 16,5 bi em emendas

Problema resolvido?

Especialistas dizem que não. A avaliação é que, ainda faltará espaço no Orçamento. Por isso, governo poderá ter de fazer novos contingenciamentos, o que põe em risco o funcionamento da máquina pública

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49502>**

# Governo regulamenta calamidade pública, mas resiste a decretá-la

**Bernardo Caram e Thiago Resende** *brasil*

Depois de articular e aprovar uma regulamentação do estado de calamidade pública, sob a justificativa de que ação seria necessária em momentos de crise aguda, o ministro Paulo Guedes (Economia) agora atua para que a medida não seja adotada neste ano.

A pandemia da Covid-19 bateu recordes em 2021 e se mostra mais grave que no ano passado. Apenas em abril o governo começou a relançar parte das medidas adotadas em 2020 para combater os efeitos da crise do coronavírus. Muitas ainda seguem travadas.

Em acordo firmado nesta segunda (19), Guedes deu mais um passo para evitar a calamidade. Governo e Congresso concordaram em retirar da meta fiscal os programas de emprego e crédito, além dos gastos emergenciais com saúde.

Assim como defende o ministro, a medida vai flexibilizar o Orçamento apenas para despesas específicas de enfrentamento à pandemia, sem fazer uma abertura total para gastos.

Desde outubro, o governo planejava inserir na Constituição um dispositivo permanente para permitir uma flexibilização do Orçamento em casos de emergência fiscal.

O Ministério da Economia, então, desenhou esse dispositivo na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, aprovada em março pelo Congresso. O argumento é que o país precisava ter um protocolo claro de enfrentamento de adversidades graves e generalizadas, o que é o caso da pandemia.

No entanto, após a medida entrar em vigor, Guedes resiste a adotar o protocolo criado por sua própria equipe em um momento que especialistas consideram o pior da pandemia.

De um lado, ele consegue colocar em prática o plano de postergar medidas que representem despesas adicionais aos cofres públicos. De outro, o desgaste do titular da pasta da Economia perante o Congresso se ampliou. As críticas são pelo atraso no socorro à população mais vulnerável e a empresários.

O ministro quer evitar uma forte ampliação de gastos

como no ano passado. Por isso, vem adotando manobras que já são classificadas como "contabilidade criativa".

Depois de aprovar a emenda Emergencial apenas com liberação para gastos com o auxílio, a pasta elaborou outras propostas legislativas para que mais medidas emergenciais fiquem fora da limitação do teto de gastos, como o programa que permite o corte de jornada e salários de trabalhadores da iniciativa privada.

No fim do ano passado, entre novembro e dezembro, membros do Ministério da Economia diziam que já trabalhavam com a possibilidade de prorrogar o estado de calamidade e o Orçamento de guerra caso ocorra uma segunda onda da Covid-19.

Para evitar um novo período de calamidade, Guedes vem articulando diferentes estratégias.

Ele queria um Orçamento em 2021 sem medidas extraordinárias para combater a crise da Covid-19. Depois foi pressionado politicamente e passou a reconhecer a necessidade de uma nova rodada do auxílio emergencial. Mas pediu contrapartidas.

A liberação do auxílio entrou no texto da PEC Emergencial, que oficializou o protocolo de crise, dando diretrizes para decretar calamidade.

No caso de calamidade pública, as amarras do Orçamento seriam afrouxadas, ao mesmo tempo que gatilhos de ajuste fiscal, como congelamento de salários, seriam acionados.

Como esses gatilhos já estão ativos até o fim deste ano, a decretação da calamidade neste momento apenas liberaria novos gastos, sem contrapartidas. É esse o cenário que Guedes tenta evitar.

O texto da PEC autorizou um gasto de R\$ 44 bilhões fora das regras fiscais, sem a decretação da calamidade, para bancar o auxílio emergencial

Em 2020, não houve um limite pré-autorizado para as despesas com auxílio emergencial, que era num valor mais alto e foi prorrogado até dezembro. Isso resultou numa despesa próxima de R\$ 300 bilhões.

Sem margem no Orçamento, o time de Guedes passou a considerar fazer novas liberações de recursos para programas específicos fora do teto de gastos, novamente sem a necessidade de decretar calamidade.

No momento, as principais ações travadas por falta de recursos são o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que concede empréstimos de baixo custo com garantia do governo, e o BEm (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego), pago a trabalhadores com jornada e salário cortados ou contrato suspenso. As ações poderão ser destravadas após o acordo anunciado nesta semana pelo governo.

Há pressão de empresários, principalmente em função do atraso no BEm, em discussão desde janeiro e que chegou a ser prometido para março.

"Essa segunda onda da Covid fez com que milhares de varejistas fechassem as portas, porque não podem trabalhar. Muitas empresas não aguentam o que está acontecendo. Mesmo com a flexibilização em abril, há estados com medidas bastante restritivas", disse o presidente do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), Marcelo Silva.

Como o Orçamento deste ano não está aprovado, a antecipação do 13º de aposentados também não foi anunciada. A medida já foi prometida por Guedes e não tem efeito adicional nas contas públicas.

O argumento do ministro ao rejeitar a calamidade é que seria um cheque em branco para uma expansão do gasto público, o que poderia minar a credibilidade do país, provocando elevação de juros, **inflação** e desemprego.

O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, diz que a atitude do governo de regulamentar a calamidade e depois evitar decretá-la é uma incoerência. Para ele, o governo deveria retomar o Orçamento de guerra e a calamidade para enfrentar a pandemia de maneira efetiva neste ano.

"Não tem problema gastar mais, principalmente em uma pandemia. Você tem que gastar o que for necessário para tirar a população da desgraça. Tem que ter um mecanismo de excepcionalidade que permita não deixar pessoas morrendo na rua, que não deixe de ter dinheiro para a saúde."

Não tem problema gastar mais, principalmente em uma pandemia. Você tem que gastar o que for necessário para tirar a população da desgraça. Tem que ter um mecanismo de excepcionalidade que permita não deixar as pessoas morrendo na rua, que

não deixe de ter dinheiro para a saúde

Raul Velloso

economista especialista em contas públicas

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49502>**

# Folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos pode deflagrar nova disputa por Orçamento em 2022

**Eduardo Cucolo** são paulo

A disputa entre governo e Congresso pelos recursos do Orçamento pode se repetir em 2022, ano eleitoral.

Estimativas da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado, apontam uma folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos no próximo ano, devido a despesas superestimadas no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) enviado ao Congresso na semana passada.

O número representa a diferença entre as projeções da instituição e as apresentadas pelo governo no projeto e foram divulgadas nesta segunda (19) no relatório mensal de avaliação fiscal da IFI.

O PLDO traz projeção de despesas sujeitas ao teto exatamente iguais ao limite do teto, que considera o valor de 2021 corrigido pela inflação acumulada em 12 meses até junho deste ano.

As divergências incluem projeções para gastos com Previdência (de pelo menos R\$ 15,6 bilhões), despesas não obrigatórias, de pessoal e de benefícios como BPC, abono salarial e seguro-desemprego. No caso da Previdência, o governo prevê a correção dos benefícios por uma inflação mais alta que a projetada pela IFI.

Segundo a IFI, em 2020 as projeções mais pessimistas do governo, de aumento de 7% nas despesas com benefícios previdenciários, não se confirmaram. O dado final foi de cerca de 6%, em linha com a projeção da instituição.

No relatório, a instituição afirma que o cenário mais conservador do governo também pode refletir o objetivo de evitar uma discussão sobre a divisão dessa folga no teto.

"É um quadro que não avalizaria aumentos de gastos que não fossem estritamente necessários, como os relacionados ao combate à Covid-19, uma vez que o déficit e a dívida estarão altos", afirma a instituição.

Em relação ao Orçamento de 2021, aprovado pelo

Congresso, a IFI reafirmou que a versão final possui despesas que superam o limite do teto de gastos em R\$ 31,9 bilhões. Isso ocorreu porque as despesas obrigatórias, como Previdência, foram estimadas para baixo pelo Congresso para abrir espaço para emendas parlamentares.

## O QUE É O TETO DE GASTOS

Regra constitucional que limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49502>

## Tudo o que não precisamos agora (2)

**Basilio Jafet, PRESIDENTE DO SECOVI-SP**

Desunião. Isso é tudo o que não precisamos agora. E há muito mais coisas desnecessárias que só servem para nos tirar de focos objetivos, como imunização em massa e reformas estruturantes, fundamentais para tornar viável a retomada econômica e combater o desemprego.

Não precisamos de mensagens ácidas trocadas em redes sociais, com termos ofensivos, descortesias. São todas elas tóxicas. Destrutivas. Não contribuem para a solução. Menos ainda de ensaios populistas, como vimos em intenções manifestadas em várias áreas e que são agravantes da malfadada insegurança jurídica.

Um exemplo é a aprovação do regime de urgência para votação do PL 1.026/2021, cuja intenção é tabelar os reajustes dos contratos de aluguel pelo IPCA. O momentâneo salto do IGP-M estimulou parlamentares (na boa intenção de proteger os inquilinos) a intervir num mercado que há 30 anos funciona, e bem. A realidade é que, em razão do enorme descolamento da **inflação** de índice que reajusta aluguéis comerciais e residenciais, inquilinos e proprietários estão dialogando, negociando, fazendo valer a premissa do livre mercado e cientes de que, historicamente, os dois índices (IPCA e IGP-M), ao longo do tempo, tendem à paridade.

Acontece que não se trata só do aluguel, mas de tudo o que ele representa. Há um universo que opera com base nas locações de imóveis. Há os Certificados de Recebíveis Imobiliários e os Fundos de Investimento Imobiliário. São bilhões transacionados, apoiados num regime legal bem-sucedido.

Adicione-se que esses ativos mobiliários com lastro imobiliário também movimentam recursos externos. Apavorados com tanta inconsistência, investidores poderão começar a repensar e a buscar mercados menos voláteis.

Se concretizada a mudança pretendida pelo Legislativo, é possível que esse tabelamento se espraie para outros tipos de relações comerciais. Seria um tiro na credibilidade do Brasil como parceiro confiável para investimentos locais e mundiais, agregando desalento à comunidade internacional, já tão desapontada com o ambiente ideologizado que tem predominado na atualidade.

E vale acrescentar à questão dos aluguéis a possibilidade de o STF impedir a penhorabilidade do bem de família do fiador de imóveis comerciais. Mais um exemplo de tudo o que não precisamos agora.

Por que mexer num segmento que funciona, como é o caso do mercado de locação?

Por que não direcionar energias para o que não funciona?

Como está a reforma administrativa?

Quando teremos a simplificação tributária?

É claro que devemos à classe política a adoção recente de medidas importantes, como a conquista da autonomia do BC, os marcos legais do saneamento e do gás, e a publicação da MP 1.040/2021, editada para melhorar o ambiente de negócios. Mas é difícil entender o que ainda impede o setor privado de contribuir mais para o esforço nacional na aquisição de vacinas. Deparamo-nos, nessa questão, com mais um exemplo de tudo o que o Brasil não precisa agora.

Surgem os puristas (ou nacionalistas) dizendo não. Há os pragmáticos (ou capitalistas) dizendo sim. No meio desse duelo, a covid-19 corre solta, mostrando que precisamos nos ajudar mutuamente.

Não importa se a vacina é pública ou privada. O que interessa é vacinar. Dar prioridade aos que estão na linha de frente (professores, policiais - e também lixeiros e garis). Imunizar a população economicamente ativa que está nos balcões do comércio, na cozinha dos restaurantes, na recepção e nos serviços de limpeza de hotéis, nos escritórios, nas fábricas, no campo... Todos gerando riquezas. Todos ajudando o Brasil a evitar o atoleiro.

Ah, mas não existe vacina para comprar, justificam. Porém, estivesse o Brasil menos arranhado em sua imagem internacional, não seria mais fácil negociar?

E vale nota sobre a pífia atuação do Mercosul.

Em momentos de tamanha gravidade, pouco interessa quem gosta mais deste ou daquele.

Não estamos em condições de disputar preferências pessoais. É hora de dar as mãos. De ombrear o presidente da República, o governador de São Paulo e os de outros Estados, os prefeitos dos 5.570

municípios brasileiros.

Temos de interagir e agir alinhados com as necessidades nacionais. Temos de deixar para o devido tempo questões como eleições. Seja por vírus seja por fome, mortos não votam.

Funerais não têm partidos.

Diante de tudo isso, oportuno resgatar trechos de texto redigido há 500 anos por Nicolau Maquiavel, considerado o "pai do pensamento político moderno", que ainda hoje reflete nossos valores e maneira de pensar: "... Uma nação, onde a suposta sociedade civil organizada não mexe uma palha se não houver a possibilidade de lucros, não é capaz de legar nada a seus filhos, a não ser dias sombrios.

Um país onde os poucos que se esforçam para fazer prevalecer os valores morais, como honestidade, ética e honra, são sufocados e massacrados, já caiu no abismo há muito tempo.

Uma sociedade onde muitos homens e mulheres estão satisfeitos com as sórdidas distrações, em transe profundo, não merece subsistir.

Só tenho compaixão daqueles bravos, que se revoltam com esse estado de coisas. Por aqueles que consideram normal essa calamidade não tenho nenhum sentimento".

Basilio Jafet, PRESIDENTE DO SECOVI-SP

**Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Negação e descaso: o preço que pagamos (2)

**JOSEF BARAT**

Os últimos dados da OMS para o Brasil mostram que, entre 3 de janeiro de 2020 e 19 de abril de 2021, ocorreram 13,9 milhões de casos confirmados de covid-19 e 371,6 mil óbitos. No ranking mundial, o Brasil está atrás somente dos Estados Unidos em número de óbitos acumulados e detém o recorde de 2.929 óbitos diários, que representam nada menos de 17% do total mundial de vidas perdidas em um dia. É uma proporção alarmante, tendo em vista que a população brasileira é de apenas 2,7% da mundial.

Não surpreende, portanto, a gravidade do sofrimento e dos impactos familiares, sociais, econômicos e políticos causados pela pandemia ao longo de um ano.

A covid-19 se espalhou pelo mundo de forma descontrolada e com velocidade assustadora, infectando milhões de pessoas e levando a atividade econômica à quase paralisação. À medida que os países e governos mais responsáveis foram impondo fortes restrições à movimentação de pessoas para deter a disseminação do vírus, aliviar a sobrecarga aos sistemas de saúde e reduzir os números elevados de óbitos, os danos econômicos tornaram-se evidentes.

Desde a Grande Depressão dos anos 1930, a disseminação do coronavírus provocou o maior e mais abrangente choque para a economia mundial.

De imediato, governos responsáveis se viram diante da difícil escolha entre combater a pandemia com medidas drásticas de isolamento social, de um lado, e relaxar as medidas protetivas para estimular a economia. A demora na possibilidade de ter uma vacina eficaz tornou esse dilema ainda mais agudo. Países que souberam impor medidas de isolamento e proteção conseguiram reduzir perdas humanas e voltar muito gradualmente a uma certa normalidade econômica. Países que negligenciaram a letalidade da covid-19 e a rapidez da sua propagação afundaram em prolongada recessão econômica, mostrando com tal atitude que acreditar na recuperação da economia sem o controle da pandemia era um falso e absurdo dilema. Governos que foram negligentes, desacreditaram a vacinação e estimularam aglomerações impuseram aos seus cidadãos muito sofrimento e desesperança.

No Brasil, o posicionamento em direção oposta do governo de São Paulo abriu caminho para que

tivéssemos, até agora, mais de 26 milhões de vacinas administradas.

Entidades multilaterais de fomento e crédito preveem ainda contração elevada do **PIB** global e certa continuidade da recessão global mais profunda em décadas. Isto, apesar dos esforços extraordinários dos governos para conter a desaceleração, com apoio da política fiscal e monetária. Em um horizonte mais longo, os efeitos desencadeados pela pandemia deixarão cicatrizes duradouras, em termos de investimentos mais baixos, erosão do capital humano por causa da perda de emprego e de escolaridade, assim como a desarticulação do comércio global e das cadeias de produção e abastecimento.

De toda essa tragédia fica a consciência, entre economistas e tomadores de decisão responsáveis, da necessidade de ação urgente para amortecer as consequências econômicas e na saúde pública, proteger as populações vulneráveis e preparar o terreno para uma recuperação consistente e duradoura.

Em um país como o Brasil, teria sido fundamental fortalecer o sistema de saúde pública, enfrentar os desafios da informalidade e do desemprego, assim como implementar reformas que poderão dar apoio ao crescimento, tão logo a crise de saúde não represente mais perigo. Mas, infelizmente, o que tivemos até agora vindo do governo federal foram mensagens de negação da realidade, descaso pelas perdas de vidas e pelo sofrimento, descrédito nas vacinas e crenças em poções mágicas.

Com tantos militares no governo e conhecedores da Arte da Guerra de Sun Tzu, teria sido importante aplicar seus conceitos de forma mais moderna a esta guerra contra o coronavírus: 1) Decisões baseadas em fatos; 2) Consciência do tempo necessário; 3) Mapeamento do que está acontecendo aqui e no mundo; 4) Participação e atuação do líder; 5) Organização, gestão, informação e tecnologia. Faltou isso.

Entramos na guerra para perder.

Governos negligentes diante da crise sanitária impuseram sofrimento aos seus cidadãos

ECONOMISTA, CONSULTOR DE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS, É COORDENADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# País terá US\$ 1 bi para digitalizar serviços

**Idiana Tomazelli / BRASÍLIA**

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou uma linha de crédito de US\$ 1 bilhão para financiar projetos que melhorem a digitalização e a conectividade no Brasil. O objetivo é impulsionar iniciativas que ampliem o uso de tecnologias na produção e na disponibilização de serviços públicos. Os recursos da linha "Brasil Mais Digital" poderão ser acessados por União, Estados e municípios, assim como pequenas empresas, por meio de bancos de fomento.

Acelerar a transformação digital é considerado estratégico pelo BID e pelo governo brasileiro diante dos ganhos fiscais e sociais obtidos. Estimativas do Ministério da Economia mostram que cada R\$ 1 investido na área gera R\$ 18 de retorno, seja porque o governo reduz seu custo de operação, seja porque os cidadãos otimizam seu tempo e dinheiro ao ter acesso aos serviços por meio da internet.

Os recursos da linha poderão ser aplicados em iniciativas relacionadas à infraestrutura digital, economia digital, serviços digitais de governos e fatores habilitadores (que incluem alfabetização digital, formação de pessoal e soluções de segurança).

Além das condições facilitadas de acesso aos recursos, o BID também fornecerá assistência técnica para assegurar a boa execução dos projetos.

Os empréstimos poderão ser pagos em 25 anos (sendo cinco anos de carência) e têm taxas de juros de 1,29%. Para acessar, os governos ou as empresas deverão apresentar um projeto, que será analisado pelo organismo internacional. Caso a demanda se mostre maior que o valor inicialmente disponibilizado, a linha poderá ser ampliada, diz Morgan Doyle, representante do BID no Brasil. "A transformação digital é um dos nossos eixos principais de trabalho. É uma das prioridades para lançar as bases da recuperação e do crescimento de longo prazo", afirma.

Segundo ele, os recursos ajudarão o Brasil a reduzir o gargalo que existe hoje em termos de infraestrutura de conectividade.

Estudo ainda inédito do BID mostra que seriam necessários US\$ 21,8 bilhões para suprir o déficit de conectividade no País. Hoje, 50,4% dos lares no Brasil têm acesso à banda larga fixa, sendo que um terço deles contam apenas com redes 2G e 3G, o que afeta

a qualidade do serviço. O consumo de dados, por sua vez, equivale a apenas 23% da média dos países da OCDE, o clube de países que o Brasil deseja integrar.

Efeitos. Nas estimativas do BID, atacar esse problema poderia contribuir com um crescimento do **PIB** em 6,53%, um aumento da produtividade de 5,36% e a criação de quase 3 milhões de empregos diretos.

"Estamos falando de uma mudança muito profunda, que é transversal e permite abordagem integral para que distintas esferas de governo, setor privado, academia, façam parte", diz Doyle. "A lista (de ações possíveis) é grande, mas temos certeza de que os benefícios não têm limite, seja em termos de eficiência, produtividade, transparência e inovação." O secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luís Felipe Monteiro, afirma que o desejo de União, Estados e municípios é buscar um alinhamento nas ações de digitalização dos serviços, mas muitas vezes faltam recursos, sobretudo para os governos regionais, que precisam de "fôlego, financiamento e pessoas". Agora, com a linha do BID, isso será em parte atacado.

"Precisamos desse alinhamento das ações de governo digital.

O cidadão não tem como saber que órgão, que ente de governo é responsável por determinado serviço. Nós temos um labirinto hoje, no mundo presencial, em que o cidadão precisa descobrir aonde ele vai, aquela agência não é responsável por aquele serviço, ele acaba tendo de sair com a pastinha debaixo do braço, pegar um ônibus e ir para outro lugar. No mundo digital, essas limitações físicas desaparecem", afirma.

Desde 2019, o Ministério da Economia tem levado adiante projetos para acelerar a digitalização do governo, algo que só ganhou força com a pandemia de covid-19 e a necessidade de aproximar os serviços de uma população com necessidade de fazer distanciamento social. Hoje, 67% dos mais de 4,2 mil serviços já foram digitalizados, o que gera um impacto positivo de R\$ 540 milhões para o governo e de R\$ 1,7 bilhão para a população ao ano. Monteiro cita como exemplo a Carteira de Trabalho Digital, cujo custo hoje é de 3% do valor gasto antes para emitir a carteira azul impressa.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Poupança financeira de famílias cresce R\$ 334 bi, diz estudo

**Anais Fernandes**

A poupança financeira das famílias brasileiras ganhou R\$ 333,8 bilhões em 2020, contra um resultado negativo de R\$ 3,4 bilhões em 2019. O volume registrado no ano passado equivale a 7,1% do consumo observado nas Contas Nacionais do período - ou 28,5% na média trimestral. Os cálculos são do Centro de Estudos de Mercados de Capitais (Cemec-Fipe) e trazem pistas sobre o comportamento dessa variável - que pode afetar a demanda e, assim, o Produto Interno Bruto (**PIB**)-em 2021.

O Cemec observou que a evolução da poupança financeira das pessoas físicas ao longo de 2020 teve alta correlação com o ciclo de agravamento e atenuação da pandemia. Depois de um resultado negativo no primeiro trimestre - o que tende a ocorrer, dadas as despesas de início de ano -, o fluxo líquido atingiu R\$ 171,8 bilhões no segundo trimestre, enquanto a pandemia avançava. Para ter ideia, o montante é equivalente a 16,5% do consumo no período.

Os resultados permaneceram positivos até o fim do ano, mas, conforme medidas de isolamento foram relaxadas e os números da pandemia melhoraram ligeiramente, a poupança financeira das famílias também foi diminuindo, com fluxo de R\$ 133,9 bilhões no terceiro trimestre e de R\$ 71,9 bilhões no quarto.

Dados das Contas Nacionais já traziam pistas nesse sentido, porque a relação entre consumo e **PIB** caiu ao longo do ano, observa Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec. Esse coeficiente era de 64,3% no primeiro trimestre de 2020 - nível próximo da média histórica, segundo ele -, passou para 60,8% nos três meses seguintes e apresentou alguma recuperação nos trimestres subsequentes, para 61,7% no terceiro e 63,9% no quarto. Assim, em 2020, registrou 62,7%, contra 64,8% em 2019. "Não é diretamente a poupança financeira, mas indica que as famílias reduziram sua propensão a consumir", explica.

Os resultados da poupança das famílias no ano passado foram pautados por fatores circunstanciais, como as restrições impostas pelo afastamento social e pelo fechamento de lojas, e precaucionais, em uma reação à incerteza de manutenção da renda e do emprego. O relaxamento das medidas de isolamento e

a tendência de queda no novos casos e mortes por covid-19 no terceiro e quarto trimestres teriam reduzido a intensidade dos dois fatores, segundo o Cemec.

O avanço recente da segunda onda no Brasil, por sua vez, seguido da adoção de medidas restritivas mais severas, volta a reforçar os efeitos circunstanciais e precaucionais sobre a redução da demanda de consumo e o aumento da poupança financeira das famílias, aponta o estudo, destacando que a situação deve se refletir nos fluxos sobretudo a partir de março.

Dados pontuais das aplicações líquidas e depósitos a prazo no primeiro bimestre ainda não são suficientes para concluir sobre a continuidade ou reversão da tendência de acúmulo de poupança, pondera Rocca. De qualquer forma, o cenário da poupança financeira das famílias em 2021 está condicionado à evolução da pandemia e aos efeitos da vacinação. "Além de começar a liberar as restrições, há também uma mudança de comportamento das pessoas, que começam a ter coragem de sair, fazer compras, vão se tornando mais confiantes em relação à permanência no emprego e da renda", diz ele.

Rocca relembra um exercício do Banco Central que apontou preponderância da poupança circunstancial. Na hipótese de resultados favoráveis e atenuação da pandemia e avanço da vacinação no segundo semestre, parcela dos R\$ 333,8 bilhões poupados em 2020 pode ser destinada ao consumo, diz Rocca. Ele vê potencial de impacto especialmente para itens que sofreram mais com o distanciamento social, caso dos serviços ou de bens nos quais o contato físico é fator relevante na decisão de compra, como vestuário.

"Não é razoável supor que isso vai durar anos, depois há um retorno para um padrão normal de consumo. Mas parece haver uma probabilidade razoável de parcela dessa poupança reforçar a demanda no segundo semestre."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>